Comunicado de Imprensa nº 11/307
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
12 de Agosto 2011

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Declaração da CE, do BCE e do FMI
Sobre a Primeira Missão de Avaliação em Portugal

Equipas da Comissão Europeia (CE), do Banco Central Europeu (BCE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) estiveram em Lisboa de 1 a 12 de Agosto para a primeira avaliação trimestral do programa económico do Governo. Os objectivos do programa são restaurar a competitividade e colocar a economia portuguesa na via do crescimento sustentável, da estabilidade das finanças públicas e da criação de emprego.

Consideramos que o programa está no bom caminho. Acolhemos com satisfação o empenho do novo Governo no programa ambicioso e abrangente acordado em Maio de 2011 e registamos a determinação do mesmo em acelerar a respectiva execução em sectores fundamentais. A este respeito, as perspectivas de êxito foram aumentadas pelas decisões dos líderes europeus tomadas na cimeira de 21 de Julho no sentido de reduzir as taxas de juro, aproximando-as da taxa de financiamento do mecanismo europeu de estabilidade financeira, alargar significativamente as maturidades e, acima de tudo, disponibilizar-se para conceder financiamentos até o acesso ao mercado estar normalizado, desde que Portugal prossiga os esforços de ajustamento. Agora mais do que nunca, uma execução bem sucedida do programa depende do esforço e da determinação do Governo e dos portugueses.

O crescimento económico e a inflação deste ano deverão corresponder às previsões do programa. As exportações têm estado relativamente fortes, os indicadores de confiança dos consumidores têm-se mantido inalterados e, de um modo geral, o emprego permanece estável. Embora a contracção do PIB deva atingir os 2,2% este ano, continuamos a prever que a retoma tenha início no princípio de 2013.

Registamos com apreço o firme empenho das autoridades na via da consolidação orçamental, nomeadamente as medidas para corrigir recentes derrapagens nos controlos da despesa durante o primeiro semestre. Na sequência destas medidas de aumento das receitas, esperamos que o défice orçamental não ultrapasse os 5,9% do PIB em 2011, como

programado. Continuaremos a colaborar estreitamente com as autoridades para reforçar a gestão das finanças públicas e assegurar que o desempenho orçamental prossegue no bom caminho no ano de 2011 e seguintes. No futuro próximo, os principais desafios serão a aprovação de um orçamento para 2012 coerente com a redução do défice para 4,5% do PIB e a preparação de uma estratégia orçamental para 4 anos.

Quanto ao sector financeiro, os bancos estão a reforçar os seus níveis de capitalização a fim de cumprir os novos requisitos em matéria de capitais fixados pelo programa e a legislação existente está a ser alterada a fim de reforçar o novo mecanismo de apoio à solvabilidade. Uma redução equilibrada e coordenada do endividamento do sector bancário continua a ser fundamental para eliminar de forma permanente os desequilíbrios de financiamento, salvaguardando ao mesmo tempo o crédito adequado para que os sectores dinâmicos possam estimular o crescimento. Registaram-se igualmente progressos para reforçar o quadro de supervisão e regulação.

O êxito do programa depende acima de tudo da abertura da economia à concorrência. A redução da participação do Estado no sector privado e a criação de condições de igualdade para as empresas é essencial e o Governo já se antecipou, abolindo os direitos especiais do Estado nas empresas privadas antes do prazo previsto. As reformas do mercado laboral com o objectivo de harmonizar a protecção e os direitos no âmbito de contratos a termo e contratos sem termo estão a avançar e as autoridades estão a preparar uma proposta para a criação de um fundo financiado pelos empregadores para o pagamento das indemnizações por despedimento aos trabalhadores. Foram efectuados progressos na preparação da denominada desvalorização fiscal e tomamos nota da garantia das autoridades de que está previsto um primeiro passo importante neste domínio no âmbito do orçamento para 2012 Embora as reformas tenham tido um início promissor, a maioria das grandes mudanças estão ainda por concretizar e a determinação das autoridades será decerto posta à prova pela forte oposição dos interesses instalados.

O programa do governo é apoiado por empréstimos da União Europeia no montante de 52 mil milhões de euros e do FMI, ao abrigo do Mecanismo Alargado de Financiamento, no montante de 26 mil milhões de euros. A aprovação das conclusões da presente avaliação permitirá o pagamento de 11,5 mil milhões de euros (7,6 mil milhões da UE e 3,9 mil milhões do FMI). Este pagamento poderá ter lugar em Setembro sujeito à aprovação do Directório Executivo do FMI e do ECOFIN e EUROGROUP.

A missão conjunta para a próxima avaliação do programa está prevista para Novembro de 2011.